

ATA DA 174ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a 174ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência.

Conselheiros presentes: Aurora Pederzoli (SLU), Vereadora Fernanda Pereira Altoé (CMBH), Alan Bachur Viana (SICEPOT-MG), Alex Moura de Souza Aguiar (SENGE-MG), Weber Coutinho (ABES-MG), Rosemary Fernandes da Silva (Associação Pró-Pampulha), Livia de Souza Pancrácio de Errico (CMSBH), Núbia Aparecida Vale Nolli (COPASA), Regina Andréa Martins (CAU-MG) e Cláudio Jorge Cançado (FJP).

Suplentes presentes: Frederico Luciano Santos (SMOBI), Matheus Dias Alves (Instituto Guaicuy) e Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Souza (AMALUX).

Ausências justificadas: Leandro César Pereira (SMOBI) e Claudius Vinicius Leite Pereira (URBEL).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Frederico Luciano Santos, registrando quórum, iniciou a reunião.

A Conselheira e representante do CMSBH, Livia Pancrácio, expressou sua preocupação e solicitou elucidações sobre as investigações que causaram o afastamento do Conselheiro e ex-Secretário Executivo do COMUSA, Sr. Ricardo Aroeira.

O Conselheiro Frederico Santos esclareceu que o inquérito está em segredo de justiça e que o COMUSA não tem acesso às informações.

A Conselheira e representante da CMBH, Vereadora Fernanda Altoé, solicitou intervenções de tratamento de fundo de vale para a Rua Ipê Amarelo, 144, no bairro Jardim Vitória. Informou que foi constatada, em vistoria técnica, uma obstrução parcial da rede pluvial situada na rua Augusto, entre as ruas Maria de Lourdes de Pinho e Armindo Gonçalves Ferreira e, quando transborda, o esgoto invade as moradias, causando transtornos aos moradores. A Vereadora se comprometeu a enviar a documentação para que a situação seja averiguada.

A Conselheira e representante da Associação de Moradores Pró-Pampulha, Rosemary Fernandes, sugeriu a suspensão das deliberações até que a Secretaria Executiva do COMUSA apresente mais informações sobre o inquérito e propôs o cancelamento da reunião.

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Frederico Luciano Santos, esclareceu que o inquérito não tem relação com o COMUSA e que as deliberações do Conselho não estão sob investigação. Lembrou que a temática da investigação é a Lagoa da Pampulha, que a Secretaria Executiva não tem maiores informações sobre o inquérito, não havendo justificativa para o cancelamento da reunião.

O Conselheiro e representante da Amalux, Marcos Righi, também registrou sua preocupação quanto às implicações da investigação, solicitou transparência quanto às informações e propôs uma moção para maiores esclarecimentos sobre o inquérito.

A engenheira Úrsula Caputo sugeriu que a reunião tivesse continuidade, dada a importância da pauta prevista.

O Conselheiro Frederico Luciano Santos propôs a votação da moção e a continuidade da reunião. No caso de aprovação da moção, a elaboração do texto seria de responsabilidade do conselheiro Marcos Righi, que propôs a mesma.

O Conselheiro e representante do Instituto Guaicuy, Matheus Dias, propôs a elaboração de uma moção contra a privatização da COPASA e solicitou esclarecimentos sobre o processo de licenciamento do empreendimento Parque Ciliar do Onça.

A Conselheira e representante do CAU-MG, Regina Martins, registrou seu anseio por informações, visto a reunião anterior ter sido cancelada sem justificativas.

A Conselheira e representante do CMSBH, Livia Pancrácio, solicitando registro de sua manifestação em ata, expressou, novamente, seu sentimento de profundo desrespeito pelo trabalho dos conselheiros do COMUSA diante da falta de informações sobre o inquérito, bem como pela falta de esclarecimentos sobre o cancelamento da reunião anterior. Relatou que, apesar das manifestações sobre a qualidade do trabalho

realizado pelo COMUSA, os questionamentos eram frequentemente rechaçados pelo Secretário Executivo, refletindo o desrespeito à comunidade. Reafirmou sua incredulidade sobre a falta de informações por parte da Secretaria Executiva a respeito do inquérito e pediu transparência sobre os interesses públicos e não apenas sobre os interesses da gestão. Sugeriu que as reuniões voltem ao modo presencial, para facilitar a participação da população. Lembrou que durante a visita técnica realizada conjuntamente com a COPASA, a população expressou sua insatisfação quanto aos serviços prestados pela Companhia. Defendeu que a população precisa retornar ao COMUSA, para que exerça seu direito de se manifestar. Reforçou sua indignação pelo fato do ex-Secretário Executivo do COMUSA ter sido afastado para uma investigação e os conselheiros não terem sido avisados, caracterizando um ato de desrespeito ao Conselho. Sugeriu que a reunião seja mantida, mas que sejam feitos os devidos esclarecimentos, que seja pautada a privatização da COPASA e que seja feita a apresentação sobre o Córrego do Onça.

O Vereador Tileleo solicitou a manutenção da pauta, devido à importância da temática a ser discutida.

O Conselheiro e representante da Amalux, Marcos Righi, reforçou sua preocupação quanto à responsabilidade solidária dos conselheiros na investigação do ex-Secretário Executivo do COMUSA. Reforçou o pedido de manifestação do presidente do COMUSA, Leandro Pereira, e sua participação nas reuniões. Solicitou, ainda, a deliberação, através de votação, das moções propostas.

A conselheira e representante da CMBH, Vereadora Fernanda Altoé, reforçou a gravidade do inquérito e lembrou que a CPI sobre a Lagoa da Pampulha na Câmara Municipal, durou mais de seis meses. Ressaltou que, durante a investigação da CPI, o COMUSA não demonstrou interesse pelos trabalhos e apenas manifestou seu apoio ao investigado. Sobre o inquérito, ressaltou que não se trata de uma investigação administrativa, pois já foi formalizado um inquérito na Polícia Federal, ou seja, trata-se de uma ação judicial criminal. Informou ser criminalista, ex-promotora de justiça e ressaltou que não existe responsabilidade solidária em crime, existindo responsabilidades individuais conforme a ação de cada um na prática criminosa e que, eventualmente, tendo alguma ação de improbidade administrativa, poderia vir a ter uma responsabilização individual, mas afirmou achar pouquíssimo provável que isso aconteça em relação aos membros do Comusa. Sugeriu fazer um pedido de informação à PBH, através da Lei de Acesso à Informação, sobre tudo que seja público e envolva o COMUSA na investigação. Em relação à COPASA, sugeriu fazer um pedido de informação sobre as intenções do processo de privatização.

Encerradas as manifestações, colocou-se em votação a moção contra o processo de privatização da COPASA, proposta pelo Conselheiro Matheus Dias, resultando em 05 (cinco) votos a favor, 03 (três) votos contra e 03 (três) abstenções. O resultado gerou dúvidas quanto à aprovação ou não da moção e a Secretaria Executiva sugeriu solicitar um parecer jurídico sobre a consideração das abstenções como votos válidos.

Em seguida, colocou-se em votação a moção por informações sobre o inquérito da Lagoa da Pampulha, com acesso aos documentos públicos da investigação e suspendendo as deliberações do Conselho até a manifestação da Administração Municipal, resultando em 07 (sete) votos a favor, 03 (três) abstenções e 01 (um) voto contra, sendo a moção aprovada.

A palavra foi então repassada ao Engenheiro Ítalo Dutra, representante da SUDECAP, que procedeu a apresentação sobre o Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão do Onça. O palestrante informou que o projeto se encontra concluído, sendo uma condicionante do licenciamento ambiental do empreendimento dos Córregos Cachoeirinha, Pampulha e Onça. O processo de derrocagem possui as licenças LP/LI/LO e a licitação para execução das obras já foi publicada. O recurso para execução das obras é proveniente de financiamento do Programa Saneamento para Todos, orçado em R\$110 milhões e o prazo de execução é de 50 meses.

Inicialmente, o palestrante informou que foram incorporadas ao projeto, as atividades que vêm sendo desenvolvidas pela comunidade local, tais como: hortas comunitárias, oficinas, atividades escolares e mutirões. A área de abrangência do empreendimento compreende as bacias dos ribeirões do Onça e Isidoro, desde a cachoeira próximo à UPA Norte, até a ETE Onça, totalizando mais de 627 hectares, sendo 70% da área do parque destinada à regeneração natural, reflorestamento, recuperação de áreas degradadas e o corpo hídrico em si e 30% destinada à implantação de equipamentos públicos, de lazer e convívio, hortas comunitárias, agroecologia, sistema viário e mobilidade.

Sobre a recuperação de áreas degradadas, estima-se que 77 hectares serão recuperados através de ações de remoção de entulhos, lixo e outros tipos de resíduos dispostos nas margens do Ribeirão. Além disso, serão implementadas medidas de controle de erosão em toda a margem e a reabilitação do solo com secamento e proteção da área. Com relação à mobilidade urbana, serão implantadas medidas de requalificação e rearranjo do tráfego, implantação de ciclovias de ligação entre diversas áreas do parque, construção de 3 (três) novas pontes e 5 (cinco) passarelas acessíveis.

Com relação às famílias, já foram feitos vários estudos que mostravam que a abrangência da mancha de inundação resultaria na remoção e desapropriação de muitas famílias, causando um grande impacto social. Visando mitigar esse impacto, adotou-se o processo de derrocagem, que consiste no aprofundamento do leito do curso d'água, através da remoção de material do fundo, ou seja, o curso d'água permanece em leito natural, porém sua calha é rebaixada, comportando melhor a vazão e evitando o transbordamento e inundação dos bairros vizinhos. Como a maior parte da calha do rio naquela região é em rocha, será feito o desmonte com metodologia a frio, através do uso de argamassa expansiva, por se tratar de uma técnica segura, que elimina a necessidade do uso de explosivos e promove uma geração controlada de resíduos e evita vibrações e ruídos. Vale considerar que a derrocagem consistirá em uma base de 8 (oito) metros de largura, profundidade de 4 (quatro) metros, em um segmento de 1.620 metros após a cachoeira.

Em seguida, o palestrante abordou as 18 áreas de intervenções previstas para convivência da população, citando a implantação de praças, áreas de lazer, ciclovias, parquinhos, academias livres, hortas, campos de futebol e quadras esportivas, praça de skate, dentre outros.

Encerrada a apresentação, a palavra foi repassada à Diretora de Trabalho Social Ana Flávia Martins e à Coordenadora do Trabalho Técnico Social Marina Marques, ambas representantes da Urbel, que procederam à apresentação do chamado "PAC Bacias".

A palestrante Marina Marques explicou que as intervenções da Urbel visam realizar o trabalho social, por meio da remoção e reassentamento das famílias residentes nas áreas de risco de inundação, e também visa implementar ações de comunicação e mobilização social, educação ambiental e desenvolvimento socioeconômico.

O trabalho compreende 04 eixos de atuação. O primeiro deles, mobilização, organização e fortalecimento social, propõe ações de informação e mobilização comunitária; integração com o Movimento Deixem a Onça Beber Água Limpa e gestão social através da formação de Grupos de Referência e Grupos Gestores Locais. O segundo eixo, remoção e reassentamento, identifica as moradias e famílias em situação de risco; faz a avaliação dos imóveis e a negociação dos atendimentos conforme a Política Municipal de Habitação; acompanha a mudança das famílias e a demolição dos imóveis. O terceiro eixo, educação ambiental e patrimonial, realiza um trabalho de educação ambiental em parceria com as escolas; realiza visitas técnicas e articula parcerias; promove cursos, oficinas e mutirões para implantação do parque comunitário. Por fim, o quarto eixo, desenvolvimento socioeconômico, desenvolve ações de qualificação profissional, empreendedorismo, inclusão social produtiva, estratégias de comunicação e marketing.

Sabendo-se da grandeza do empreendimento e da intervenção prevista, a área foi classificada conforme o grau de risco de inundação e a vulnerabilidade das famílias. A palestrante apresentou um mapeamento da área com a classificação dos riscos variando entre baixo, médio, alto e muito alto. Foram cadastrados 1.694 domicílios, dos quais 1.442 já foram avaliados e 1.285 famílias já passaram pelo processo de negociação. Além disso, 1.104 famílias já foram atendidas por meio de reassentamento em outra unidade habitacional, seja por meio do pagamento da indenização ou do acesso ao programa Bolsa Moradia, que é o aluguel social, 1.082 imóveis já foram demolidos e os demais estão em processo de demolição. Atualmente, 66% da área do parque já foi liberada pelas remoções efetuadas.

A palestrante enfatizou, ainda, que através das ações de educação ambiental e patrimonial, foi realizado um trabalho com a comunidade para construir a proposta do parque comunitário. A comunidade orientou e definiu ações coletivas para os usos previstos, visando a apropriação do espaço, através da implantação de hortas comunitárias, áreas de prática de esportes, preservação de margens, jardins, áreas de lazer com parquinhos, mirantes, anfiteatros, áreas de convivência, trilhas de caminhadas, dentre outros.

Em resumo, foi apresentada a linha do tempo do trabalho técnico social desenvolvido na região. Em 2015, foram realizadas as primeiras reuniões com a comunidade, formando o Grupo de Referência e dando início

às remoções em áreas de risco alto e muito alto. Em 2016 foram fortalecidas as parcerias comunitárias que favoreceram o início dos mutirões realizados em 2017, para implantação dos espaços de uso coletivo no bairro Ribeiro de Abreu. Em 2018 foram realizadas oficinas e ações ambientais nas escolas, favorecendo a apropriação dos espaços. Em 2019 foi elaborada a proposta do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão da Onça. Em 2020/21, devido à pandemia de COVID-19, foi desenvolvido um trabalho remoto, com foco na inclusão de famílias no Programa Bolsa Moradia e pagamento de indenizações. Também foi realizada uma jornada empreendedora, em parceria com o SEBRAE e com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, visando auxiliar na geração de renda para as famílias impossibilitadas de trabalhar presencialmente. Em 2022, em parceria com a ONG IMA, foi realizado o curso de formação de mulheres em costura e artesanato e, ainda, foi implantado o pomar comunitário no bairro Novo Aarão Reis. Em 2023 foi iniciado o reassentamento de famílias em algumas unidades habitacionais que estavam disponíveis na região. Nesse mesmo ano, a PBH foi premiada no edital da ONU Habitat pela proposta do parque comunitário, cuja premiação foi integralmente investida na melhoria das intervenções já realizadas. Em 2024 foi ampliado o processo de comunicação sobre as obras de macrodrenagem e foi realizada uma visita técnica na Praça das Águas. Em 2025 foram implementadas a área de lazer da Rua 21 e o Mirante da Cachoeira.

Encerradas as apresentações, a palavra foi franqueada aos presentes na reunião.

O conselheiro e representante do Instituto Guaicuy, Matheus Dias, parabenizou a Urbel pelo trabalho desenvolvido. Questionou sobre a escolha do processo de derrocagem para o Ribeirão da Onça, devido às especificidades hidráulicas da bacia. Solicitou cópia dos estudos sobre a derrocagem, constantes no processo de licenciamento ambiental, bem como das tecnologias alternativas propostas. Questionou, também, se os moradores, principalmente do baixo Onça, continuarão a ter acesso ao Ribeirão da Onça, já que a área será de preservação ambiental e perguntou sobre o saneamento do Ribeirão Pampulha e Córrego Gorduras, que levam grande contribuição de esgoto sanitário ao Ribeirão da Onça. O conselheiro ainda pediu esclarecimentos sobre o que está previsto para a Comunidade Quilombola de Mangueiras e sobre o fato da duração prevista para o projeto, 50 meses, exceder o prazo da gestão municipal atual, questionando se existem garantias que o projeto será concluído e como será o acompanhamento pelo quadro efetivo da Administração Municipal.

Em resposta, o engenheiro Ítalo Dutra explicou que foram realizadas sondagens ao longo do curso d'água e verificou-se a existência de rocha no leito, o que eliminou o uso de dragagem e tornou a derrocagem a técnica escolhida para o rebaixamento do curso d'água. Informou que os estudos foram elaborados com base na Instrução Técnica de Drenagem e que uma cópia dos mesmos pode ser solicitada à SUDECAP. Sobre a contaminação, o palestrante esclareceu que apenas a execução das intervenções não vai solucionar o problema, sendo necessária uma intervenção maior por parte da COPASA e a conscientização da população. Informou que a COPASA prevê a implantação do interceptor na margem esquerda do Ribeirão, o que deve acontecer à medida que a obra for sendo executada. Em relação ao cercamento, esclareceu que se trata de uma questão de segurança acordada com a Fundação de Parques, não só pela necessidade de proteção ambiental, mas para evitar novas invasões, descarte irregular de materiais, dentre outros. Informou, ainda, que na área da Areia Branca, onde existe uma pequena praia, deve ser criado um acesso controlado, cuja normativa ainda está em discussão. Com relação ao prazo de execução das obras, o palestrante enfatizou que o recurso já está assegurado e que tudo será acompanhado pelo corpo técnico da SUDECAP. Com relação ao Quilombo, informou que a comunidade foi visitada e que o assunto está sendo conduzido pela Procuradoria Geral do Município - PGM.

A Conselheira e representante do CAU-MG, Regina Martins, questionou sobre a possibilidade de intervenções à montante da bacia e perguntou se o projeto considerou alguma Solução Baseada na Natureza - SBN e se os estudos hidrológicos desenvolvidos pela UFMG foram considerados, o que poderia contribuir para uma aplicação mais eficiente dos recursos a serem investidos. Questionou, ainda, se o projeto prevê o local para construção de moradias para as famílias que serão realocadas por estarem no aluguel social e o prazo para conclusão.

Em resposta, o engenheiro Ítalo Dutra explicou que a bacia do Ribeirão da Onça é formada pelas bacias do Ribeirão Pampulha e do Córrego Cachoeirinha. Esclareceu que a Lagoa da Pampulha causa um amortecimento na bacia do Ribeirão Pampulha e que, para a bacia do Córrego Cachoeirinha, serão implantadas bacias de contenção à montante, que estão em fase de projetos. Esclareceu que existe um

empreendimento próximo à Estação São Gabriel, em fase de conclusão, e que serão realizadas intervenções na Praça das Águas, na confluência dos cursos d'água.

A palestrante Marina Marques esclareceu que o reassentamento está previsto próximo à área de intervenção, que os recursos estão garantidos e que a URBEL está buscando terrenos para proceder à elaboração de projetos e construção das unidades habitacionais.

O Conselheiro e representante do Instituto Guaicuy, Matheus Dias, expressou sua preocupação quanto à descaracterização do Ribeirão da Onça com a derrocagem, que culminaria na retirada das rochas do leito do curso d'água, o que elevaria a velocidade de escoamento das águas na calha. Ressaltou, ainda, a importância de incorporar soluções baseadas na natureza ao projeto.

A Conselheira e representante do CMSBH, Livia Pancrácio expressou a necessidade de envolvimento da população beneficiada nas reuniões e discussões do COMUSA. Sugeriu a realização de uma visita técnica ao território onde será implantado o Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão da Onça, para que a população seja ouvida, inclusive a população quilombola. Solicitou uma prestação de contas do empreendimento, em que sejam apresentados os recursos que já foram gastos e as previsões. Solicitou esclarecimentos, também, sobre o contrato de assessoria e pesquisa, apresentado pela equipe social. Questionou, ainda, sobre a vinculação da população aos centros de saúde e a continuidade do acompanhamento da população, quando são colocados em aluguel social.

Em resposta, o Conselheiro Frederico Santos esclareceu que as reuniões do COMUSA são públicas, que as informações são divulgadas previamente no site da PBH e no DOM e que a população pode se inscrever e participar. Esclareceu, ainda, que a Prestação de Contas é realizada no início de cada ano, sendo inclusive objeto de aprovação pelo COMUSA.

A engenheira Carlota Alves esclareceu que as Resoluções do COMUSA que definem os recursos do Fundo Municipal de Saneamento têm validade de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, por isso a prestação de contas é realizada no ano seguinte.

A engenheira Úrsula Caputo esclareceu que a política de implementar soluções baseadas na natureza é uma política pública e já é premissa dos novos empreendimentos, inclusive para a drenagem de áreas públicas. Ressaltou que, considerando a magnitude da bacia do Ribeirão da Onça, os resultados serão alcançados de forma gradativa, mas não em curto e médio prazos, até porque não se depende apenas das ações do poder público, mas da adaptação da população em uma cidade consolidada.

O engenheiro Ítalo Dutra esclareceu que os recursos para execução das obras ainda não foram utilizados, mas já estão garantidos. Os projetos, entretanto, foram elaborados com outra fonte de recursos e encontram-se finalizados.

O Conselheiro e representante da FJP, Cláudio Cançado, sugeriu como pauta uma discussão a respeito da privatização da COPASA e as suas devidas consequências para o Município, visto a importância das intervenções feitas pela Companhia e os recursos destinados ao Fundo Municipal de Saneamento.

A Conselheira e representante do CMSBH, Livia Pancrácio solicitou que seja apresentado, ao COMUSA, o detalhamento do orçamento do empreendimento Parque Ciliar do Onça.

O conselheiro e representante do Instituto Guaicuy, Matheus Dias, solicitou, ainda, que sejam verificados os extravasamentos da rede coletora de esgoto nos córregos Santinha e Cascatinha, localizados na área do parque do Ribeirão da Onça.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Frederico Luciano Santos, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.